

Tentação Clássica

Para os cidadãos já não resta dúvida sobre a necessidade de investigação ampla de tudo que a suspeita carimbou na administração pública brasileira. União, estados e municípios se equivalem. A questão não é, porém, de oportunidade ou de conveniência. O que interessa é resultado objetivo. Falta ser definido o meio mais adequado a apurar com determinação, mas sem violar os limites da investigação.

A CPI da Corrupção é ilimitada pela sua própria natureza política: comissões de inquérito não têm freios, e a corrupção se disseminou no Brasil como hábito contagioso. Entre o meio e o fim propostos numa CPI estabeleceu-se incompatibilidade prática. Para dissecar a corrupção administrativa, sob patrocínio da política, torna-se indispensável a especialidade dos encarregados de levantar as responsabilidades. Só o Ministério Público dispõe de meios para dar publicamente uma lição completa de anatomia, ao alcance dos cidadãos. CPI pode fugar um ou outro e imolá-lo como bode expiatório, como tem acontecido, perder o pé diante das ramificações intermináveis das quadrilhas e não chegar a lugar algum. O sentido da apuração é estancar o processo que tem produzido ricos por via imprópria, inaceitável, e não apenas apahnar incautos.

A experiência mostra que as comissões parlamentares de inquérito tendem a preferir a pirotecnia, porque parlamentares não perdem de vista a carreira política que, de quatro em quatro anos, se renova pelos votos. Nada produz mais evidência política e se traduz em votos do que tomar parte numa CPI. É um espetáculo para o qual sempre há público novo. Não é por acaso que as sessões têm platéia ávida de escândalos e assistência congregada por todo o país pela televisão. Falta uma estatística com o contraste entre o alto número das CPIs criadas e as poucas concluídas com algum saldo didático. A maior parte fica pelo caminho, se desmoraliza, perde o ímpeto ou entra por desvios que a distanciam do seu objetivo.

O Brasil, refletindo situação internacional difícil, passa por um momento crítico no qual não pode expor-se a riscos políticos desnecessários. Uma CPI específica, para poucos mas determinados fatos suspeitos, pode ser conduzida com método e clareza, mas uma investigação genérica será uma correnteza capaz de arrastar a oposição às tentações clássicas: a sombra de Robespierre se projeta sobre qualquer

acusador e, como a História ensina, com exaltados podem se fazer revoluções mas não se governa. Numa CPI não é diferente: o espírito dos comitês de salvação pública da França de 1793 se faz presente e se torna incontrolável. Os exemplos acumulados dispensam citação.

Mas, da mesma forma, o grau avançado de corrupção na administração pública, contando com a convivência política, não pode ser arquivado ou negociado. Ao contrário. Sendo a face mais visível da corrupção a do Executivo, não há governo que conheça a paz se não repelir com indignação, mas não só em palavras, as suspeitas que adquirem vida própria e desafiam investigação completa. Portanto, o primeiro interessado em esclarecer todas as denúncias deve ser o governo.

O presidente Fernando Henrique precisa dar resposta política convincente à sociedade, sem fugir à responsabilidade de esclarecer tudo que ficou obscuro. Terá de fechar a porta deixada aberta à suspeita que independente da oposição. O que se tem visto, até agora, é o Executivo celebrar a falta de resultado do bloqueio da coleta de assinaturas para a criação da CPI. Assim como parlamentares se expõem ao assédio para dar número ao requerimento, também são pressionados para não oficializarem a fonte de onde jorrará com abundância a suspeita, voz corrente, sem qualquer filtro das inverdades. Já se viu bastante o descaminho a que são levados os membros dessas comissões, arrastados pela correnteza emocional.

O que a nação espera é que o governo entenda a mensagem ética de que é devedor como o prêmio mais alto a que aspira neste momento a cidadania. Malbaratar a coleta de assinaturas pode ser ato político de efeito imediato, mas de curta eficácia. Melhor seria tomar outro caminho para atender à reivindicação acumulada de moralidade, e convocar o Congresso a votar leis e criar comissões específicas de inquérito, cujo objetivo seja a moralização onde se faça necessária. A comemoração ideal é o Executivo passar adiante do Congresso e abrir uma batalha em várias frentes, com a ajuda do Ministério Público, para inverter o processo: nada deve ficar sob suspeita, dentro ou fora do governo. Para isso, vale até a iniciativa de acabar com o voto secreto dos parlamentares em tudo a que forem chamados a decidir. Para uma longa caminhada é indispensável dar o primeiro passo.